



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
*Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti*

219  
10/2

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**  
**AGRAVO LEGAL Nº 0065643-68.2011.8.17.0001 (0328135-2)**  
**AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**AGRAVADO: MURILO GOMES DANTAS**  
**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**EMENTA**

**CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL. TRATAMENTO MÉDICO. MOLÉSTIA GRAVE. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. ART.196 E 198, DA CF/88. SÚMULA 18 DO TJPE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES DOS TRIBUNAIS.**

1. Constata-se a interposição de Recurso de Agravo contra decisão terminativa monocrática que negou seguimento ao recurso de Apelação, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.

2. Restando consignado que o recorrido necessita do fornecimento do medicamento REVLIMID 25 mg(LENALIDOMIDE), 02 frascos, sendo 01 comprimido ao dia, por 21 dias, por aproximadamente 06 ciclos, medicamento de uso contínuo, por expressa indicação do profissional competente, é irretorquível a obrigação do Estado, por qualquer de seus entes, em provê-la, consoante os arts. 196 e 198, da CF/88 e a súmula 18 deste E.Tribunal.

3. Incabível a exclusão ou redução da multa diária, visto que as astreintes têm o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, além de evitar a mora injustificada do executado. O valor de R\$ 1000,00(mil reais) está de acordo com os parâmetros utilizados em casos análogos.

220  
P.

4. Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.

5. Agravo conhecido e não provido.

  
Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
*Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti*

221  
/p.

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO LEGAL Nº 0065643-68.2011.8.17.0001 (0328135-2)**

**AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO**

**AGRAVADO: MURILO GOMES DANTAS**

**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0328135-2, respectivamente, **ACORDAM** os Desembargadores da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, **conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo nº 0328135-2**, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife/PE, 13 de 06 de 2014 .

  
**Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti**  
Relator



222  
Raf.

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
*Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti*

---

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**  
**AGRAVO LEGAL Nº 0065643-68.2011.8.17.0001 (0328135-2)**  
**AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**AGRAVADO: MURILO GOMES DANTAS**  
**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Estado de Pernambuco, contra decisão monocrática proferida por esta Relatoria nos autos da Apelação nº **0328135-2**, que com arrimo no art. 557, caput, do CPC, negou seguimento ao recurso de apelação, em razão do mesmo encontrar-se em manifesto confronto com a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e deste próprio Tribunal de Justiça, mantendo-se a decisão fustigada em todos os seus termos, no sentido de assegurar ao agravado o direito ao fornecimento do medicamento REVLIMID 25 mg(LENALIDOMIDE), 02 frascos, sendo 01 comprimido ao dia, por 21 dias, por aproximadamente 06 ciclos, medicamento de uso contínuo, na forma prescrita pelo médico, sob pena de incidência da multa diária, fixada em R\$ 1000,00 (mil reais).

Irresignado com a decisão singular proferida por esta relatoria, o agravante ingressou com o presente Agravo Legal, com o desiderato de que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta Corte de Justiça, alegando, em síntese crítica, que: a) o medicamento é importado e sem registro na ANVISA, não cabendo ingerência de controle judicial sobre a discricionariedade de atos administrativos; b) existe alternativa terapêutica no

*Raf.*

âmbito do SUS para tratamento da patologia da parte demandante; c) é necessária a revogação da multa diária devido ao ônus excessivo.

Forte nas razões recursais supracitadas, requer o Agravante que esta relatoria, com esteio no art. 557, §1º, do CPC, se retrate da decisão vergastada.

Em não havendo o juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada por conseguinte, seja julgada improcedente a demanda.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife/PE, 13 de 08 de 2014.

  
**Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
*Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti*

**QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**  
**AGRAVO LEGAL Nº 0065643-68.2011.8.17.0001 (0328135-2)**  
**AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**AGRAVADO: MURILO GOMES DANTAS**  
**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**VOTO**

Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo que a decisão recorrida, proferida por este Desembargador, deve ser mantida em todos os seus termos.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão:

"Trata-se de Duplo Grau Obrigatório e apelo voluntário de sentença prolatada nos autos da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer com pedido de liminar nº 0065643-68.2011.8.17.0001, em trâmite perante a 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital. Tal sentença condenou o demandado a fornecer gratuitamente ao autor o medicamento REVLIMID 25mg(LENALIDOMIDE), nos exatos termos solicitados na inicial, bem como condenou-o, ainda, na multa diária de R\$ 1.000,00 em favor do autor, em caso de descumprimento.

A referida ação foi proposta por Murilo Gomes Dantas, portador de Mieloma Múltiplo (CID- C90), contra o Estado de Pernambuco, visando receber gratuitamente do mesmo o medicamento "**REVLIMID 25 mg(LENALIDOMIDE), 02 frascos, sendo 01 comprimido ao dia, por 21 dias, por aproximadamente 06 ciclos, medicamento de uso contínuo**", conforme prescrito no receituário/laudo de fls. 14/24.

O juízo de origem deferiu a antecipação de tutela (fls. 26 e 26v), decisão esta confirmada na sentença de fls. 135/136v, tendo sido o pedido julgado procedente em todas as suas especificações.

O Estado de Pernambuco, insurgindo-se contra a referida sentença, interpôs a presente apelação (fls.141/152), alegando que o medicamento requerido deveria ser fornecido pelos Centros de Alta Complexidade em Oncologia – CACONS, cabendo ao Ministério da Saúde o repasse dos recursos para o custeio dos procedimentos.

Entende o apelante que cabe ao Poder Executivo o planejamento e a execução de ações preventivas e corretivas na seara da saúde, consoante as limitações orçamentárias existentes e destaca o entendimento do Presidente do Supremo Tribunal Federal de que não se pode admitir o financiamento de toda e qualquer ação e prestação de saúde, devendo-se privilegiar o tratamento fornecido pelo SUS em detrimento da opção do paciente.

Aduz, também, que o direito à saúde é daqueles submetidos à reserva do possível, devendo o Executivo, de acordo com as possibilidades materiais do Estado, selecionar quais situações que deverão ser atendidas.

Finalmente, pugna pela reforma *in totum* da sentença vergastada.

Por sua vez, em suas contra-razões, a apelada requereu o improvimento da apelação, aduzindo, em síntese, que o seu direito encontra-se garantido pela nossa Carta Magna, bem como pela Súmula 18 deste Egrégio Tribunal (fls. 160/180).

O Ministério Público, às fls. 182, manifestou pelo encaminhamento ao tribunal destinatário.

#### **Passo a decidir.**

Pois bem, na presente demanda, o que se defende é o direito à vida, o qual é indisponível e predomina sobre qualquer outro interesse, esteja ele tutelado por lei ou contrato. Sobre o tema, merece destaque a decisão do E. Ministro Celso de Mello, na medida cautelar PETMC – 1246/SC:

***“Entre proteger a inviolabilidade do direito à vida, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado pela própria Constituição da República (art. 5.º, caput), ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, entendo – uma vez configurado esse dilema – que razões de ordem ético-jurídica impõem ao julgador uma só e possível opção: o respeito indeclinável à vida.”***

A pretensão do autor encontra amparo na Lei Maior, ao proclamar que a saúde é direito de todos e dever do Estado (art. 196), devendo ser integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais (art. 198, II). Evidentemente que o atendimento integral compreende o fornecimento dos tratamentos necessários aos pacientes.

  
Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador

226  
TDP.

Outrossim, verifica-se que, no caso em comento, o apelado acostou aos autos declaração de pobreza (fls. 09); foi atendido em hospital especializado em Oncologia; está sendo representado em juízo por defensor público, como podemos aferir das peças colacionadas aos autos. Assim, todas as referidas provas nos levam a concluir que o apelado, de fato, não tem condições de arcar com o tratamento em questão.

A alegação de que o medicamento deveria ser dispensado pelos CACON's e UNACON's, não tem validade, pois, autor está em tratamento, ciente das orientações médicas e preocupado com o avanço da doença e razão de não possuir condições financeiras para custear o tratamento, por ser alto custo, não podendo esperar tratamento nos referidos centros e unidades de assistência de alta complexidade.

Ademais, não se poderia aceitar que as Portarias GM/MS nº 2.439/05, SAS/MS e 74.105 GM/MS do Ministério da Saúde, por si só, pudessem obstar o fornecimento pleiteado, eis que a direito à saúde é assegurado pela Constituição da República/88, como acima referido, não cabendo à Administração obstaculizar ou mesmo impedir o tratamento adequado, notadamente na hipótese de pessoa desprovida de recursos financeiros para o custeio de tratamento.

Ainda, cumpre ressaltar que o medicamento em tela é de uso notório no combate ao mieloma múltiplo, sendo a única opção para tratamento da doença.

No tocante à alegação de que a sentença de primeiro grau, mantida nos termos em que foi prolatada, estaria de encontro à universalidade de acesso à justiça e constituiria uma ofensa também à isonomia entre os assistidos pelo SUS, tenho que não merece prosperar.

Primeiramente, o princípio da universalidade deve ser entendido da seguinte forma: todas as pessoas devem ter direito à saúde gratuita e de qualidade independentemente de qualquer contra-requisito por parte do Estado, é o que diz o dispositivo constitucional, art. 196.

A concessão do fármaco não beneficia a parte substituída em detrimento da coletividade. Ao contrário, permite que mais pessoas tenham acesso às políticas públicas estabelecidas como prioritárias pela própria Constituição. Não há que se falar, portanto, em afronta ao princípio da isonomia.

Na verdade, o próprio Estado enseja ofensa ao princípio da isonomia. Isso porque a Administração Pública acaba por obrigar a parte contrária a acionar o Poder Judiciário para ter acesso ao fármaco. Com o fito de proporcionar tratamento isonômico às partes, caberia ao Estado diligenciar a inserção imediata do medicamento nas farmácias do SUS.

Também não há que se falar em ingerência do Poder Judiciário na Administração Pública. Diante da abstenção do Estado, a parte



apelada viu-se prejudicada e acionou o Poder Judiciário, que optou pelo interesse mais coerente em conflito.

É sabido que compete ao Estado, conjuntamente com a União e os Municípios, velar pelo respeito à vida e à saúde, direitos esses constitucionalmente garantidos, cabendo-lhes, inclusive, no desempenho dessa tarefa, o provimento dos tratamentos adequados aos portadores de doenças graves que podem levar a sério comprometimento de sua qualidade de vida, interferindo inclusive na realização de atividades corriqueiras, como é o caso.

Acrescente-se, ainda, que não se desconhece a rigidez da Constituição ao vedar a realização de despesas pelos órgãos públicos além daquelas em que há previsão orçamentária. Todavia, o Poder Judiciário, como pacificador dos conflitos sociais e defensor da Justiça e do bem comum, tem agido com maior justeza, optando pela defesa dos bens maiores, veementemente defendidos pela Constituição, no caso, a vida e a dignidade da pessoa humana, interpretando a lei de acordo com as necessidades sociais imediatas, que ela se propõe a satisfazer.

O Sistema de Saúde pressupõe uma assistência integral, no plano singular ou coletivo, na conformidade das necessidades de cada paciente, independente da espécie e nível de enfermidade, razão pela qual, comprovada a necessidade do medicamento para a garantia da vida do paciente, deverá ele ser fornecido. Neste sentido:

**ADMINISTRATIVO - MOLÉSTIA GRAVE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - DEVER DO ESTADO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE.**

**1. Esta Corte tem reconhecido que os portadores de moléstias graves, que não tenham disponibilidade financeira para custear o seu tratamento, têm o direito de receber gratuitamente do Estado os medicamentos de comprovada necessidade. Precedentes.**

**2. O direito à percepção de tais medicamentos decorre de garantias previstas na Constituição Federal, que vela pelo direito à vida (art. 5º, caput) e à saúde (art. 6º), competindo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o seu cuidado (art. 23, II), bem como a organização da seguridade social, garantindo a "universalidade da cobertura e do atendimento" (art. 194, parágrafo único, I).**

**3. A Carta Magna também dispõe que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196), sendo que o "atendimento integral" é uma diretriz constitucional das ações e serviços públicos de saúde (art. 198).**

**4. In casu, não havendo prova documental de que o remédio fornecido gratuitamente pela administração pública tenha a mesma aplicação médica que o prescrito ao impetrante - declarado hipossuficiente -, fica evidenciado o seu direito líquido e certo de receber do Estado o remédio pretendido.**

**5. Recurso provido.**

  
Rafael Machado de C.  
Desembargador

225  
225  
(RMS 17425 / MG Ministra ELIANA CALMON - DJ 2.11.2004 p. 293)

Nesse caminhar, frise-se que, por mais relevantes que sejam as dificuldades orçamentárias dos órgãos públicos, ou por mais necessária que seja a regulamentação dos procedimentos do Sistema Único de Saúde, existem pacientes que precisam de uma resposta rápida e eficaz.

*In casu*, é perfeitamente aplicável a esta lide a Súmula 18 deste Egrégio Tribunal de Justiça:

**Súmula 018.** *É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.*

Diante do exposto, que adoto como razões para decidir, e com arrimo no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao Reexame Necessário, tendo em vista que a decisão recorrida está em consonância com a jurisprudência dominante do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, bem como a do Superior Tribunal de Justiça. Resta prejudicado o Apelo voluntário".

Incabível a exclusão ou redução da multa diária, visto que as astreintes têm o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, além de evitar a mora injustificada do executado. O valor de R\$ 1000,00(mil reais) está de acordo com os parâmetros utilizados em casos análogos.

Percebe-se, da simples leitura da decisão agravada, que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.

Por esses fundamentos, ante o exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO do presente Agravo Legal**, mantendo a decisão monocrática, nos exatos termos em que foi prolatada.

  
Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador